

SUMÁRIO

TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	45		
1. Introdução.....	45		
2. Sistemas processuais penais.....	46		
2.1. Sistema inquisitório.....	46		
2.2. Sistema acusatório	47		
2.2.1. O sistema acusatório e os modelos adversarial e inquisitorial de produção de provas.....	48		
2.3. Sistema processual misto ou francês.....	50		
3. Princípios fundamentais do processo penal.....	51		
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	52		
3.1.1. Noções introdutórias	52		
3.1.2. Da regra probatória (<i>in dubio pro reo</i>)	53		
3.1.3. Da regra de tratamento.....	53		
3.1.4. (In)constitucionalidade da execução provisória da pena	55		
3.1.4.1. Desnecessidade do trânsito em julgado (STF – HC 126.292/ ARE 964.246)	55		
3.1.4.2. Necessidade do trânsito em julgado (STF – ADC's 43, 44 e 54).....	57		
3.1.4.3. (Des)necessidade do trânsito em julgado para fins de execução da pena restritiva de direitos	60		
3.1.4.4. (Des)necessidade do trânsito em julgado de sentença penal condenatória para fins de reconhecimento, no âmbito administrativo carcerário, de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso.....	61		
3.1.4.5. Trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes como termo inicial da prescrição da pretensão executória.	62		
3.2. Princípio do contraditório.....	62		
3.2.1. Contraditório para a prova e contraditório sobre a prova	64		
3.3. Princípio da ampla defesa.....	64		
3.3.1. Defesa técnica (processual ou específica)	65		
3.3.1.1. Defesa técnica necessária e irrenunciável.....	65		
3.3.1.2. Direito de escolha do defensor	66		
3.3.1.3. Defesa técnica plena e efetiva.....	67		
3.3.2. Autodefesa (material ou genérica)	68		
3.3.2.1. Direito de audiência	68		
3.3.2.2. Direito de presença.....	69		
3.3.2.3. Capacidade postulatória autônoma do acusado	70		
3.3.3. Ampla defesa no processo administrativo disciplinar e na execução penal.....	70		
3.4. Princípio da publicidade.....	72		
3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita.....	73		
3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta.....	74		
3.5. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real.....	75		
3.5.1. Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados	75		
3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	76		
3.7. Princípio do juiz natural.....	76		
3.8. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	76		
3.8.1. Noções introdutórias	76		
3.8.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	76		
3.8.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo.....	77		
3.8.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	78		
3.8.5. Exercício total ou parcial (horizontal ou vertical) do direito de não produzir prova contra si mesmo	84		
3.8.6. Dever legal de interrupção imediata do interrogatório quando o imputado optar pelo exercício do direito ao silêncio.....	85		
3.8.7. Consequências decorrentes do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo	86		

3.8.8. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos.....	87	2.2. Vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias e (in) constitucionalidade da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento à luz do sistema acusatório	107
3.9. Princípio da proporcionalidade.....	88	2.2.1. Vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias na fase investigatória.....	107
3.9.1. Da adequação.....	90	2.2.2. (In) constitucionalidade da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento no curso do processo penal à luz do sistema acusatório	110
3.9.2. Da necessidade.....	91	2.2.2.1. Vedação à iniciativa probatória residual do magistrado (modelo de disputa ou adversarial).....	110
3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito.....	91	2.2.2.2. Iniciativa probatória residual do magistrado no curso do processo penal (modelo de investigação oficial ou inquisitorial)	112
4. Lei processual penal no espaço	91	3. Juiz das Garantias	115
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	92	3.1. Conceito e natureza jurídica	115
4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	93	3.2. Fundamento: a necessária preservação da imparcialidade do magistrado	117
4.3. Processos da competência da Justiça Militar	94	3.2.1. Heurísticas e vieses cognitivos.....	119
4.4. Processos da competência do tribunal especial.....	94	3.2.2. Teoria da dissonância cognitiva.	121
4.5. Crimes de imprensa.....	94	3.3. (In) constitucionalidade do juiz das garantias	123
4.6. Crimes eleitorais	95	3.3.1. (In) constitucionalidade formal em face de vício de iniciativa relativo à competência legislativa do Poder Judiciário para alterar a organização e a divisão judiciária	124
4.7. Outras exceções.....	95	3.3.2. (In) constitucionalidade material em razão de violação à regra de autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário.....	125
5. Lei processual penal no tempo.....	95	3.3.3. Início da eficácia do juiz das garantias	127
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo	97	3.3.4. Princípio do juiz natural e (im) possibilidade de aplicação imediata da nova sistemática do juiz das garantias às investigações e aos processos em andamento	127
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição	97	3.4. Distinção entre o juiz das garantias, juizado de instrução e “centrais de inquérito” (v.g., DIPO/SP)	129
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento	98	3.5. A figura do juiz das garantias no direito comparado	130
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal.....	98	3.6. Da posição do juiz das garantias diante da investigação preliminar: atuação como garantidor e não como instrutor	132
5.5. Normas processuais heterotópicas	99	4. Competências criminais do Juiz das Garantias ...	133
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal.....	99	4.1. Recebimento da comunicação imediata da prisão.....	133
6. Interpretação da lei processual penal.....	100		
6.1. Interpretação extensiva	100		
6.2. Analogia	101		
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica.....	102		
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal.....	102		
TÍTULO 2 • JUIZ DAS GARANTIAS	105		
1. Noções introdutórias	105		
2. Estrutura acusatória do processo penal	107		
2.1. Da interpretação conforme do art. 3º-A do CPP.....	107		

4.2. Recebimento do auto de prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão..	134	4.19. (In) constitucionalidade da vedação à realização da audiência de custódia por videoconferência.....	145
4.3. Observância dos direitos do preso, inclusive com determinação para que este seja conduzido à presença do juiz das garantias a qualquer tempo	134	4.20. (Im) possibilidade de prorrogação da prisão do investigado preso e consequências decorrentes da não conclusão das investigações dentro desse prazo.....	148
4.4. Dever de ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal	134	4.20.1. Prorrogação do prazo de duração da prisão do investigado preso.....	149
4.5. Decisão sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar	136	4.20.2. Consequências decorrentes da não conclusão do inquérito policial de investigado preso dentro do prazo legal	151
4.6. Prorrogação, substituição ou revogação das medidas cautelares, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral	136	5. Abrangência da competência do juiz das garantias	152
4.7. Decisão sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência pública e oral	137	5.1. Não abrangência das infrações de menor potencial ofensivo	152
4.8. Prorrogação do prazo de duração do inquérito de investigado preso.....	138	5.2. (In) existência de juiz das garantias nos Tribunais.....	153
4.9. Determinação do trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento	138	5.3. (In) existência de juiz das garantias no âmbito do Tribunal do Júri.....	155
4.10. Requisição de documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação.....	140	5.4. (In) existência de juiz das garantias no contexto da violência doméstica e familiar	156
4.11. Decisões diversas sobre requerimentos de meios de obtenção de provas	140	5.5. (In) existência de juiz das garantias na Justiça Militar.....	157
4.12. Julgamento do <i>habeas corpus</i> impetrado antes do oferecimento da denúncia.....	142	5.6. (In) existência de juiz das garantias na Justiça Eleitoral.....	158
4.13. Determinação da instauração do incidente de insanidade mental.....	143	5.7. (In) existência de juiz das garantias colegiado.....	159
4.14. Decidir sobre o recebimento da peça acusatória	143	5.8. (In) existência do Ministério Público das garantias	161
4.15. Assegurar o direito outorgado à defesa de acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos no âmbito da investigação, ressalvadas as diligências em andamento	143	6. Cessação da competência do juiz das garantias com o oferecimento da peça acusatória.....	162
4.16. Deferimento de pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia	144	7. Oferecimento da peça acusatória e apreciação das questões pendentes pelo juiz da instrução e julgamento.....	164
4.17. Homologação de acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação....	144	8. Desvinculação do juiz da instrução e julgamento em relação às decisões proferidas pelo juiz das garantias e (des) necessidade de reexame das cautelares em curso.....	164
4.18. Norma de encerramento: demais matérias inerentes às atribuições definidas no <i>caput</i> deste artigo.....	145	9. Apensamento dos autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento.....	166
		9.1. (Des) necessidade de exclusão física da investigação preliminar dos autos do futuro processo judicial.....	166
		10. (In) constitucionalidade do Impedimento para a atuação do juiz das garantias na fase de instrução e julgamento.....	170

11. (In) subsistência da prevenção como critério residual de fixação de competência diante da criação da figura do juiz das garantias.....	173	instauração de inquérito para fins de investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício funcional.....	203
12. Criação de um sistema de rodízio de magistrados nas comarcas de vara única de modo a atender à sistemática do juiz das garantias	175	6.5. Procedimento discricionário.....	206
13. Investidura do juiz das garantias conforme as normas de Organização Judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal	176	6.6. Procedimento oficial	207
14. Da vedação à exploração da imagem de pessoa submetida à prisão (“Perp walk”) como instrumento para a concretização do respeito à dignidade do preso.....	177	6.7. Procedimento oficioso	207
14.1. (In) constitucionalidade do art. 3º-F, caput e parágrafo único, do CPP, introduzidos pela Lei n. 13.964/19.....	179	6.8. Procedimento indisponível	207
TÍTULO 3 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	181	6.9. Procedimento temporário	207
1. Conceito de inquérito policial.....	181	7. instauração do inquérito policial.....	208
2. Natureza jurídica do inquérito policial.....	181	7.1. Verificação de procedência de informações (VPI)	209
3. Finalidade do inquérito policial.....	182	7.2. Formas de instauração do inquérito policial	210
4. Valor probatório do inquérito policial.....	182	7.2.1. Crimes de ação penal pública incondicionada.....	210
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial	182	7.2.1.1. (Im)possibilidade de instauração de inquérito de ofício pela autoridade judiciária (“Inquérito das Fake News” – Inq. 4.781 do STF)	212
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa.....	182	7.2.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	213
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	184	8. <i>Notitia criminis</i>	214
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal.....	187	8.1. <i>Delatio criminis</i>	214
5.4. Das atribuições das Guardas Municipais	187	8.2. <i>Notitia criminis</i> inqualificada.....	214
5.5. Das atribuições das Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ...	191	9. Diligências investigatórias.....	215
5.6. Agências de Inteligência de Segurança Pública e de Estado	193	9.1. Preservação do local do crime.....	215
6. Características do inquérito policial.....	195	9.2. Apreensão de objetos.....	216
6.1. Procedimento escrito	195	9.3. Colheita de outras provas	216
6.2. Procedimento dispensável.....	195	9.4. Oitiva do ofendido.....	217
6.3. Procedimento sigiloso.....	196	9.5. Oitiva do indiciado.....	217
6.3.1. (Im) possibilidade de acesso aos elementos de informação já documentados nos autos do inquérito policial pelas vítimas (ou por seus familiares)	199	9.5.1. (Des)necessidade de presença de defensor por ocasião da realização do interrogatório na fase investigatória	218
6.4. Procedimento inquisitório.....	199	9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	220
6.4.1. Assistência jurídica em favor de servidores vinculados aos órgãos de segurança pública (CF, art. 144) diante da		9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	220
		9.8. Identificação do indiciado e juntada da folha de antecedentes criminais	220
		9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado.....	221
		9.10. Reconstituição do fato delituoso	221

9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos	222	14.2.2. Da suspensão da eficácia do novo procedimento de arquivamento introduzido pela Lei n. 13.964/19 em virtude de medida cautelar concedida pelo Min. Fux nos autos da ADI n. 6.305 (j. 22.01.2020)	246
9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's)	223	14.2.3. Do julgamento definitivo da ADI n. 6.305 e da “nova” sistemática reintroduzida no art. 28 do CPP pelo Supremo Tribunal Federal	247
10. Identificação criminal	226	14.3. Instância de revisão ministerial para fins de homologação de arquivamentos	254
10.1. Conceito	226	14.4. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral	255
10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	227	14.5. Procedimento do arquivamento nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	256
10.3. Documentos atestadores da identificação civil.....	228	14.6. Coisa julgada na decisão de arquivamento.....	257
10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal	229	14.7. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas.....	258
10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	230	14.8. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento	260
11. Incomunicabilidade do indiciado preso	233	14.9. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente.....	261
11.1. Regime disciplinar diferenciado	233	14.10. Arquivamento implícito	262
12. Indiciamento.....	233	14.11. Arquivamento indireto	262
12.1. Conceito	233	15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do procedimento investigatório	263
12.2. Momento.....	234	15.1. (Im) possibilidade de arquivamento de ofício de investigações nos casos de competência originária dos Tribunais	264
12.3. Espécies	234	16. Investigações diversas.....	266
12.4. Pressupostos	234	16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares	266
12.5. Desindiciamento	235	16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF) – Unidade de Inteligência Financeira (UIF).....	268
12.6. Atribuição	235	16.3. Inquérito Policial Militar	269
12.7. Sujeito passivo	235	16.4. Investigação criminal pelo Ministério Público	270
12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais	236	16.5. Inquérito civil	272
13. Conclusão do inquérito policial.....	236	16.6. Termo circunstanciado	273
13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	236	16.7. Investigação pela autoridade judiciária	273
13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial.....	238	16.7.1. Inquérito judicial.....	273
13.2. Relatório da autoridade policial	238		
13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial.....	239		
13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial.....	241		
14. Arquivamento do inquérito policial.....	242		
14.1. Fundamentos do arquivamento.....	243		
14.2. Novo procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal	244		
14.2.1. Lei n. 13.964/19 e o fim do controle judicial sobre o arquivamento do inquérito policial	244		

16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas.....	273	4.1.1.4. Justa Causa.....	310
16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados.....	274	4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada.....	311
16.8. Investigação criminal defensiva.....	275	4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal.....	312
16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17).....	276	4.2. Condições específicas da ação penal.....	312
17. Acordo de não persecução penal.....	277	4.3. Condições da ação e condições de perseguibilidade (condição superveniente da ação)...	314
17.1. Conceito.....	277	4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	314
17.2. Direito subjetivo do acusado ou discricionariedade do Ministério Público.....	278	4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	315
17.3. Previsão normativa.....	280	5. Classificação das ações penais.....	319
17.4. Direito intertemporal.....	282	5.1. Classificação das ações penais condenatórias.....	319
17.5. Requisitos para a celebração do acordo de não persecução penal.....	284	6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada.....	321
17.6. Vedações à celebração do acordo de não persecução penal.....	286	6.1. Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i>	321
17.7. Condições a serem impostas ao investigado.....	288	6.2. Princípio do <i>ne bis in idem</i> (inadmissibilidade da persecução penal múltipla).....	321
17.8. Controle jurisdicional.....	291	6.3. Princípio da intranscendência.....	324
17.8.1. (In) constitucionalidade do controle jurisdicional exercido sobre o acordo de não persecução penal (STF, Pleno, ADI 6.305, Rel. Min. Luiz Fux, j. 24.08.2023).....	293	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	324
17.9. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado.....	294	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.....	326
17.10. Cumprimento integral do acordo de não persecução penal.....	295	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	327
18. Controle externo da atividade policial.....	295	6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	327
TÍTULO 4 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	299	6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública.....	328
1. Direito de ação penal.....	299	6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada.....	328
2. Características do direito de ação penal.....	300	6.10. Princípio da oficialidade.....	329
3. Lide no processo penal.....	300	6.11. Princípio da autoritariedade.....	330
4. Condições da ação penal.....	300	6.12. Princípio da oficiosidade.....	330
4.1. Condições genéricas da ação penal.....	302	6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal.....	330
4.1.1. À luz da teoria geral do processo.....	302	7. Ação penal pública incondicionada.....	332
4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	303	8. Ação penal pública condicionada.....	333
4.1.1.2. Legitimidade para agir.....	305	8.1. Representação.....	333
4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal.....	306	8.1.1. Natureza jurídica da representação.....	334
4.1.1.3. Interesse de agir.....	307	8.1.2. Desnecessidade de formalismo.....	334
4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir.....	308	8.1.3. Destinatário da representação.....	335

8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação.....	335	14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher	362
8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação	337	14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação	363
8.1.6. Retratação da representação	339	14.5. Ação penal nos crimes de estelionato: art. 171, §5º, do Código Penal, incluído pela Lei n. 13.964/19	364
8.1.6.1. Retratação da retratação da representação.....	339	14.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 13.718/18)	366
8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha	339	14.6.1. Redação original do art. 225 do CP (antes da Lei n. 12.015/09)	367
8.1.7. Eficácia objetiva da representação	340	14.6.2. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 12.015/09 (antes da Lei n. 13.718/18).....	369
8.1.8. Representação no processo penal militar	341	14.6.3. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 13.718/18	370
8.2. Requisição do Ministro da Justiça.....	341	14.6.4. Quadro comparativo da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	371
8.2.1. Requisição no processo penal militar	342	14.6.5. Direito intertemporal.....	371
9. Ação penal de iniciativa privada.....	342	14.7. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático	373
9.1. Ação penal exclusivamente privada	343	15. Peça acusatória	374
9.2. Ação penal privada personalíssima.....	344	15.1. Denúncia e queixa-crime.....	374
9.3. Ação penal privada subsidiária da pública..	344	15.2. Requisitos da peça acusatória	374
9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada.....	347	15.2.1. Imputação criminal.....	375
9.4.1. Decadência	347	15.2.1.1. Imputação patrimonial	377
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa	349	15.2.2. Qualificação do acusado	378
9.4.3. Perdão do ofendido	350	15.2.3. Classificação do crime	379
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido	351	15.2.4. Rol de testemunhas	379
9.4.5. Perempção	351	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória	380
9.5. Ação penal privada no processo penal militar	353	15.2.6. Redação em vernáculo.....	380
10. Ação penal popular.....	353	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência	381
11. Ação penal adesiva.....	354	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante	381
12. Ação de prevenção penal	354	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas	381
13. Ação penal secundária	354	15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória.....	383
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	354	16. Questões diversas.....	384
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra	354	16.1. Denúncia genérica e crimes societários	384
14.1.1. Ação penal no crime de racismo de injúria racial (Lei n. 7.716/89, art. 2º-A, incluído pela Lei n. 14.532/23) e no crime de injúria consubstanciada na utilização de elementos referentes à religião, condição de pessoa idosa ou com deficiência (CP, art. 140, §3º, com redação alterada pela Lei n. 14.532/23).....	356	16.1.1. Acusação geral e acusação genérica	385
14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada.....	361	16.2. Cumulação de imputações	386

16.3. Imputação implícita.....	386	4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa.....	420
16.4. Imputação alternativa.....	387	4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa	422
17. Aditamento à denúncia.....	389	4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa	423
17.1. Espécies de aditamento.....	390	5. Fixação da competência criminal	423
17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio.....	390	6. Competência internacional.....	424
17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado	391	7. Tribunal Penal Internacional.....	425
17.2. Interrupção da prescrição.....	391	CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	428
17.3. Procedimento do aditamento	392	1. Competência Criminal da Justiça Militar.....	428
17.4. Aditamento à queixa-crime.....	392	1.1. Distinção entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar dos Estados.....	428
18. Ação civil <i>ex delicto</i>	393	1.1.1. Quanto à competência criminal.....	429
18.1. Noções introdutórias.....	393	1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	429
18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal	393	1.1.3. Quanto ao acusado.....	430
18.3. Efeitos civis da absolvição penal.....	395	1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional de 1ª instância	432
18.3.1. Efeitos da absolvição penal no âmbito da ação de improbidade administrativa	399	1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional de 2ª instância	434
18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória	401	1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual	435
18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido	403	1.2. Crime militar.....	436
18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória e (des) necessidade de instrução probatória específica acerca do dano moral....	406	1.2.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.....	436
TÍTULO 5 • COMPETÊNCIA CRIMINAL	409	1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta.....	438
CAPÍTULO I – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	409	1.2.3. Crimes militares extravagantes (crimes militares por equiparação à legislação penal comum ou crimes militares por extensão): a nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	439
1. Jurisdição e competência	409	1.2.3.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural	442
2. Princípio do juiz natural	410	1.2.3.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal.....	442
2.1. Lei processual que altera regras de competência.....	411	1.2.3.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17.....	444
2.2. Convocação de Juizes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores....	412	1.3. (In) constitucionalidade e (in) convencionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de civis pela prática de crimes militares definidos em lei (ADPF 289).....	445
3. Espécies de competência.....	414		
4. Competência absoluta e relativa	415		
4.1. Quanto à natureza do interesse.....	415		
4.2. Quanto à arguição da incompetência	416		
4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i>	418		

1.4. (In)constitucionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de crimes cometidos por ou contra militares no exercício de atribuições subsidiárias das Forças Armadas (ADI 5.032).....	449	4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais.....	490
1.5. Dos crimes militares em tempo de paz	451	4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).....	494
1.5.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar.....	451	4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal	495
1.5.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar	454	4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal.....	496
1.5.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar	454	4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal.....	497
1.5.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	464	4.3.14. Tribunal do Júri Federal	499
1.5.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis.....	470	4.3.15. Crimes contra o meio ambiente.....	500
1.5.6. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra.....	475	4.3.16. Crimes contra a fé pública	503
2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral.....	476	4.3.17. Juízo Federal da Execução Penal.....	508
3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho ...	479	4.3.18. Contravenções penais.....	510
4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	480	4.3.19. Atos infracionais.....	511
4.1. Considerações iniciais.....	480	4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16).....	511
4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal	481	4.3.21. Crimes cometidos no estrangeiro	512
4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV).....	482	4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	513
4.3.1. Crimes políticos.....	482	4.4.1. Tráfico internacional de drogas.....	515
4.3.2. Crimes contra a União.....	484	4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal	518
4.3.3. Crimes contra autarquias federais.....	484	4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	521
4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	485	4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	524
4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais.....	487	4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	524
4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	487	4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.....	526
4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	488	4.6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais.....	530
4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S”	489		

4.7. Habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII)	532	2.6. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade.....	554
4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII).....	533	2.7. Local da infração	555
4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX).....	533	2.8. Crime doloso contra a vida.....	555
4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	535	2.9. Hipóteses de concurso de agentes.....	556
4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI).....	536	2.10. Constituições Estaduais e princípio da simetria.....	558
4.11.1. Genocídio contra indígenas.....	537	2.11. Exceção da verdade	560
4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	538	2.12. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores	562
5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	540	2.13. Procedimento originário dos Tribunais	562
6. Justiça Política ou Extraordinária	540	3. Casuística	563
 		3.1. Quanto à competência dos Tribunais	563
CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....		3.1.1. Supremo Tribunal Federal.....	563
1. Conceito	543	3.1.2. Superior Tribunal de Justiça	564
2. Regras básicas	544	3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral	565
2.1. (Des) necessidade de autorização judicial prévia do Ministro (ou Desembargador) Relator para fins de deflagração de investigações contra autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função.	544	3.1.4. Superior Tribunal Militar	566
2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	546	3.1.5. Tribunais Regionais Federais	566
2.3. Duplo grau de jurisdição	546	3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais	566
2.4. (Des)necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional.....	546	3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	566
2.4.1. Regra da contemporaneidade	546	3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.....	567
2.4.2. Regra da atualidade.....	548	3.1.9. Senado Federal.....	567
2.4.3. Regra da atualidade limitada, restrita ou mista.....	549	3.1.10. Tribunal Especial.....	567
2.5. Crime cometido após o exercício funcional.....	553	3.1.11. Câmara Municipal.....	568
		3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	568
		3.2.1. Presidente da República	568
		3.2.2. Deputados federais e Senadores.....	569
		3.2.3. Ministros de Estado	570
		3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público	570
		3.2.5. Governador de Estado	570
		3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais....	573
		3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juízes Estaduais	573
		3.2.8. Membros do Ministério Público da União	574
		3.2.9. Deputados Estaduais.....	575
		3.2.10. Prefeitos municipais.....	576

3.2.11. Vereadores	577	1.2. Conexão	614
4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função.....	578	1.3. Continência	616
CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....		1.4. Efeitos da conexão e da continência	616
1. Introdução.....	579	1.5. Foro prevalente.....	618
2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração	580	1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri.....	618
3. Casuística	581	1.5.2. Jurisdições distintas.....	618
3.1. Quanto às espécies de infração penal	581	1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	618
3.2. Quanto aos crimes em espécie.....	585	1.5.2.2. Concurso entre órgãos de jurisdição superior e inferior	619
3.2.1. Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato (Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021).....	588	1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Federal e a Estadual.....	619
4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu.....	592	1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	619
5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral	593	1.6. Separação de processos.....	620
CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....		1.6.1. Separação obrigatória dos processos.....	620
1. Determinação do juízo competente	594	1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar	620
2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	594	1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.....	620
3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas	597	1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	621
3.1. Conceito legal de organizações criminosas.....	597	1.6.1.4. Citação por edital de um dos corréus, seguida de seu não comparecimento e não constituição de defensor.....	621
3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau	600	1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável	621
3.3. Varas criminais colegiadas para o julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, do crime do art. 288-A do Código Penal, e das infrações penais conexas aos referidos delitos (Lei n. 12.694/12, art. 1º-A, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	604	1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri ...	621
4. Competência do Juízo da Execução Penal	605	1.6.1.7. Suspensão do processo em relação ao colaborador.....	622
4.1. Execução da pena de multa.....	607	1.6.2. Separação facultativa de processos	622
5. Competência por distribuição.....	609	1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.....	623
6. Competência por prevenção.....	610	1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória	624
CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA		1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz reputa conveniente a separação...	624
1. Conexão e continência	613	1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência.....	624
1.1. Introdução	613	2. Prorrogação de competência	626
		3. Perpetuação de competência	626

TÍTULO 6 • PROVAS	629	3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	653
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS	629	4. Sistemas de avaliação da prova	653
1. Terminologia da prova	629	4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.....	653
1.1. Acepções da palavra prova	629	4.2. Sistema da prova tarifada.....	654
1.2. Distinção entre prova e elementos informativos.....	630	4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz).....	655
1.3. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas	631	5. Da prova ilegal.....	656
1.4. Destinatários da prova	633	5.1. Limitações ao direito à prova.....	656
1.5. Elemento de prova e resultado da prova	633	5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas	657
1.6. Finalidade da prova	634	5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas	659
1.7. Sujeitos da prova	634	5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada ou ilicitude por reverberação)	661
1.8. Forma da prova	634	5.3. Limitações à prova ilícita por derivação.....	663
1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	634	5.3.1. Da teoria da fonte independente.....	663
1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	635	5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	664
1.10. Prova direta e prova indireta.....	636	5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída)	666
1.11. Indício: prova indireta ou prova simplena.....	636	5.3.4. Exceção da boa-fé.....	667
1.12. Suspeita	638	5.3.5. A teoria do risco	668
1.13. Objeto da prova.....	638	5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	668
1.14. Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova	640	5.3.7. A <i>plain view doctrine</i> (doutrina da visão aberta) e os campos abertos	669
1.15. Prova emprestada.....	640	5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade) e crime achado	669
1.16. Prova nominada e prova inominada.....	643	5.3.8. Limitação da renúncia do interessado ...	671
1.17. Prova típica e prova atípica	643	5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	672
1.18. Prova anômala e prova irritual	644	5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial	672
1.19. Critérios de decisão (<i>standards</i> probatórios)	645	5.4. Inutilização da prova ilícita	673
2. Ônus da prova	645	5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	674
2.1. Conceito	645	5.5. Descontaminação do julgado (desentranhamento do juiz ou teoria dos frutos da mente envenenada).....	675
2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito....	646	6. Princípios relativos à prova penal.....	676
2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo	646	6.1. Princípio da proporcionalidade.....	676
2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	647	6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i>	677
2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa	647		
2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação....	649		
2.5. Inversão do ônus da prova	650		
2.5.1. Confisco alargado e (im) possibilidade de inversão do ônus da prova.....	651		

6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro societate</i>	677	definitivo pelo perito criminal para fins de comprovação da materialidade do delito de tráfico de drogas....	698
6.2. Princípio da comunhão da prova ou da aquisição processual	679	1.2.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes	699
6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	679	1.2.5. Exame de corpo de delito direto e indireto	699
6.4. Princípio da oralidade.....	680	1.2.5.1. Casuística.....	700
6.4.1. Princípio da identidade física do juiz....	680	1.2.6. Ausência do exame de corpo de delito	703
6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz....	682	1.2.7. Peritos: oficiais e não oficiais.....	703
6.5. Princípio da liberdade probatória	683	1.2.7.1. Número de peritos.....	704
6.5.1. Liberdade probatória quanto ao momento da prova	683	1.2.8. Assistente técnico	706
6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	683	1.2.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico	706
6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova	683	1.2.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais.....	706
6.6. Princípio do <i>favor rei</i>	684	1.2.11. Exame pericial de local de crime	707
CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE.....	685	1.2.12. Perícias de laboratório	707
1. Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral.....	685	1.2.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	707
1.1. Cadeia de custódia.....	685	1.2.14. Exame pericial nos casos de incêndio	707
1.1.1. Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia	691	1.2.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	708
1.1.2. Coleta dos vestígios.....	693	1.2.16. Exame pericial dos instrumentos do crime	708
1.1.3. Recipientes para acondicionamento de vestígios.....	694	1.2.17. Exame pericial por meio de carta precatória	708
1.1.4. Centrais de custódia.....	694	2. Interrogatório judicial	708
1.1.5. Destinação do material após a realização da perícia.....	695	2.1. Conceito	708
1.2. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral	695	2.2. Natureza jurídica.....	708
1.2.1. Do corpo de delito.....	695	2.3. Momento procedimental adequado para a realização do interrogatório	709
1.2.2. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	695	2.4. Condução coercitiva.....	712
1.2.3. Laudo pericial	697	2.5. Foro competente para a realização do interrogatório	712
1.2.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	697	2.6. Ausência do interrogatório.....	712
1.2.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	697	2.6.1. Não realização de interrogatório por videoconferência de acusado foragido.....	713
1.2.3.3. Laudo pericial e contraditório.....	698	2.7. Características do interrogatório.....	713
1.2.3.4. (Im) prescindibilidade da assinatura do laudo toxicológico		2.7.1. Ato personalíssimo.....	713
		2.7.2. Ato contraditório	713
		2.7.3. Ato assistido tecnicamente.....	714

2.7.4. Ato oral	715	5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade	733
2.7.5. Ato individual	715	5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência	734
2.7.6. Ato bifásico.....	715	5.4. Espécies de testemunhas.....	734
2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio....	716	5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano (depoimento especial).....	735
2.7.8. Liberdade de autodeterminação.....	716	5.4.2. Depoimento policial.....	737
2.7.9. Ato público	718	5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas.....	738
2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado	718	5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas..	738
2.8. Local da realização do interrogatório	718	5.5.2. Intimação das testemunhas.....	738
2.9. Nomeação de curador	719	5.5.3. Substituição de testemunhas.....	738
2.10. Interrogatório por videoconferência.....	719	5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas....	739
2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05.....	719	5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas....	739
2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09.....	720	5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência	740
2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência	721	5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade	740
2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência.....	722	5.5.8. Qualificação da testemunha.....	741
2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento.....	722	5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha	741
2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor.....	722	5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto (<i>direct-examination</i>) e exame cruzado (<i>cross-examination</i>).....	741
2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência.....	723	5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas	744
3. Confissão.....	724	5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora	745
3.1. Conceito	724	5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto.....	746
3.2. Classificação da confissão.....	724	5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto.....	748
3.3. Características da confissão	725	6. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	749
3.4. Valor probatório da confissão	725	6.1. Conceito e natureza jurídica	749
3.5. Circunstância atenuante da confissão.....	725	6.2. Procedimento e consequências decorrentes da atipicidade procedimental	749
4. Declarações do ofendido.....	726	6.3. Valor probatório.....	754
4.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer).....	728	6.4. Reconhecimento fotográfico e fonográfico (clichê fônico).....	755
5. Prova testemunhal.....	728	7. Acareação	756
5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica.....	728	7.1. Conceito e natureza jurídica	756
5.2. Características da prova testemunhal	728	7.2. Procedimento probatório	756
5.3. Deveres das testemunhas.....	729	7.3. Valor probatório.....	757
5.3.1. Dever de depor	729	8. Prova documental	757
5.3.2. Dever de comparecimento	731		

8.1. Conceito e espécies.....	757		
8.2. Produção da prova documental.....	758		
8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira	759		
8.4. Restituição de documentos	760		
9. Indícios	760		
10. Busca e apreensão	760		
10.1. Conceito e natureza jurídica	760		
10.2. Iniciativa e decretação.....	760		
10.3. Objeto	762		
10.4. Espécies de busca: domiciliar, pessoal e exploratória	763		
10.4.1. Busca domiciliar	763		
10.4.1.1. Conceito de dia.....	763		
10.4.1.2. Conceito de casa	766		
10.4.1.3. Flagrante delito e violação do domicílio independentemente de prévia autorização judicial.....	768		
10.4.1.4. Consentimento do morador ...	775		
10.4.1.5. Mandado de busca e apreensão.....	779		
10.4.1.5.1. Mandado de busca e apreensão genérico (ou coletivo) e mandado de busca e apreensão itinerante (ou adesividade do mandado de busca)	780		
10.4.1.6. Execução da busca domiciliar	781		
10.4.1.7. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas.....	783		
10.4.2. Busca pessoal	783		
10.4.2.1. Revista íntima em presídios....	787		
11. Interceptação telefônica e captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos....	789		
11.1. Interceptação telefônica	789		
11.1.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	789		
11.1.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96	791		
11.1.3. Conceito de interceptação.....	792		
11.1.4. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	795		
11.1.5. Comunicações telefônicas de qualquer natureza	795		
11.1.5.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kyllo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	798		
11.1.5.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead.....	798		
11.1.5.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz.....	799		
11.1.5.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kyllo.....	799		
11.1.5.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	799		
11.1.6. Quebra do sigilo de dados telefônicos	805		
11.1.7. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	807		
11.1.8. Requisitos para a interceptação telefônica	808		
11.1.8.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente)	809		
11.1.8.1.1. Da fundamentação da decisão	811		
11.1.8.2. Indícios razoáveis de autoria ou participação.....	812		
11.1.8.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis	813		
11.1.8.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo) ...	814		
11.1.8.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação	815		
11.1.9. Sigilo profissional do advogado	816		
11.1.10. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade).....	816		
11.1.10.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente	818		

11.1.11. Procedimento.....	819	13.4.1. (Im) possibilidade de o advogado efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente	851
11.1.12. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz.....	820	13.5. Direito ao silêncio.....	851
11.1.13. Segredo de justiça.....	821	13.6. Previsão normativa.....	853
11.1.14. Duração da interceptação	821	13.6.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99).....	856
11.1.15. Execução da interceptação telefônica.....	823	13.6.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	857
11.1.16. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova	826	13.6.3. (Im) possibilidade de utilização da colaboração premiada no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa.....	859
11.1.17. Resolução nº 59/08 do CNJ e Resolução 36/09 do CNMP.....	826	13.7. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	860
11.1.18. Caso Escher e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos).....	827	13.7.1. (Im) possibilidade de celebração de acordo de colaboração premiada com investigados (ou acusados) presos.....	861
11.2. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	828	13.8. Eficácia objetiva da colaboração premiada.....	862
11.2.1. Noções introdutórias	828	13.9. Prêmios legais.....	863
11.2.2. Captação ambiental.....	828	13.9.1. (Im) possibilidade de sanções premiais extralegais	869
11.2.3. (I)licitude da captação ambiental e (des)necessidade de prévia autorização judicial	830	13.10. Sobrestamento do prazo para oferecimento da denúncia ou suspensão do processo, com a consequente suspensão da prescrição	871
11.2.4. Procedimento e requisitos para a captação ambiental	833	13.11. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração	871
11.2.5. Local e forma de instalação dos meios eletrônicos de produção de provas	835	13.12. Observância do contraditório e da ampla defesa	873
11.2.5.1. (Im) possibilidade de instalação do dispositivo de captação ambiental na casa do investigado	835	13.12.1. A implicação do acordo na ordem de manifestação dos acusados.....	875
11.2.6. Prazo de duração da captação ambiental	836	13.13. Acordo de colaboração premiada.....	876
11.2.7. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais) e (im) possibilidade de utilização exclusivamente em favor da defesa quando demonstrada a integridade da gravação	837	13.13.1. Proposta para formalização de acordo de colaboração premiada (<i>proffer session ou queen for a day</i>).....	877
11.2.8. Aplicação subsidiária à captação ambiental das regras atinentes à interceptação das comunicações telefônicas	841	13.13.2. Conteúdo do acordo de colaboração premiada	879
12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais.....	841	13.13.3. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	881
13. Colaboração premiada	848	13.13.4. Retratação do acordo.....	883
13.1. Origem e conceito	848	13.13.5. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada	883
13.2. Natureza jurídica da colaboração premiada	848	13.13.6. Intervenção do juiz	885
13.3. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento deorréu).....	849	13.13.7. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	890
13.4. Ética, moral e dever de sigilo	850		

13.13.8. Publicidade do acordo de colaboração premiada.....	891	4. Características das medidas cautelares	921
14. Ação controlada	892	5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal.....	922
14.1. Conceito e previsão legal.....	892	5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares.....	922
14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial	893	5.2. Vedação à decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício na fase investigatória e na fase processual.....	922
14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido.....	895	5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar	926
14.4. Entrega vigiada.....	896	5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	928
15. Infiltração de agentes.....	896	5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares.....	929
15.1. Conceito e previsão normativa	896	5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares	931
15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia.....	898	5.7. Recursos cabíveis	933
15.2.1. (Im)possibilidade de infiltração de particulares	898	5.7.1. Em favor da acusação	933
15.3. Requisitos para a infiltração.....	898	5.7.2. Em favor do acusado.....	934
15.4. Duração da infiltração	900	5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal	935
15.5. Agente infiltrado, agente provocador (<i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha) e agente de inteligência.....	901	5.9. Detração	935
15.6. Sustação da operação	903	CAPÍTULO II – PRISÃO.....	938
15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado	903	1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	938
15.8. Infiltração virtual.....	904	2. Espécies de prisão	938
16. Agente policial disfarçado.....	905	3. Prisão Extrapenal	938
TÍTULO 7 • MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL.....	907	3.1. Prisão civil.....	938
CAPÍTULO I – DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	907	3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel.....	938
1. A tutela cautelar no processo penal.....	907	3.1.2. Prisão do falido.....	940
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	908	3.2. Prisão administrativa	940
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	910	3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação.....	941
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	910	3.3. Prisão militar	943
2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena)	910	3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	943
2.2.1. Da vedação da prisão cautelar <i>ex lege</i>	914	3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	945
2.3. Da proporcionalidade	914	4. Prisão penal (<i>carcer ad poenam</i>).....	947
3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus comissi delicti</i> e <i>periculum libertatis</i>	917	5. Prisão Cautelar (<i>carcer ad custodiam</i>).....	947
		6. Momento da prisão.....	949
		6.1. Inviolabilidade do domicílio	949
		6.2. Conceito de dia	949

6.3. Cláusula de reserva de jurisdição	949	2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato	975
6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	949	2.3. Caso Damião Ximenes Lopes	975
7. Imunidades prisionais	950	3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público	975
7.1. Presidente da República e Governadores de Estado	950	4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada.....	977
7.2. Imunidade diplomática.....	950	5. Do direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>)	978
7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais	952	6. Da assistência de advogado ao preso	978
7.3.1. (Im) possibilidade de prisão em flagrante de parlamentares federais, estaduais ou distritais	952	7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.....	979
7.3.2. (Im) possibilidade de decretação da prisão preventiva (ou temporária) de parlamentares federais, estaduais ou distritais ..	954	8. Do relaxamento da prisão ilegal	980
7.4. Magistrados e membros do Ministério Público.....	955	9. Audiência de custódia (ou de apresentação).....	982
7.5. Advogados	956	9.1. Conceito	982
7.6. Menores de 18 anos.....	957	9.2. Previsão normativa.....	983
8. Prisão e emprego de força.....	957	9.3. Presidência da audiência de custódia	984
8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais).....	958	9.4. Prazo.....	985
9. Mandado de prisão	958	9.5. Procedimento adequado.....	986
9.1. Cumprimento do mandado de prisão	960	9.6. (Im) possibilidade de utilização da videoconferência.....	987
9.2. Difusão vermelha (<i>red notice</i>).....	965	9.7. (Im) possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) de ofício pelo juiz	987
9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior	965	9.8. (Im) possibilidade de conversão da audiência de custódia em audiência una de instrução e julgamento	989
9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil	965	9.9. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes	990
10. Prisão Especial e separação de presos provisórios	966	9.10. Liberdade provisória proibida (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	990
10.1. Prisão de indígenas.....	969	9.11. Consequências decorrentes da não realização da audiência de custódia.....	990
11. Sala de Estado-Maior.....	970	9.12. Tipificação do crime de abuso de autoridade (Lei n. 13.869/19).....	993
CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO		CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE	
1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	972	1. Conceito de prisão em flagrante	993
2. Do respeito à integridade física e moral do preso	972	2. Funções da prisão em flagrante	993
2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia (<i>“Perp Walk”</i>).....	973	3. Fases da prisão em flagrante.....	994
2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas	973	4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito ..	995
		5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	997
		5.1. Flagrante facultativo	997

5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo.....	997	10.8. Remessa do auto à autoridade competente.....	1012
6. Sujeito passivo do flagrante.....	998	10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	1012
7. Espécies de flagrante.....	998	10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o autuado não informar o nome de seu advogado.....	1012
7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro.....	999	10.11. Nota de culpa.....	1013
7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante.....	999	11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	1013
7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado ...	1000	11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal.....	1014
7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador.....	1001	11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária).....	1014
7.5. Flagrante esperado.....	1001	11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão.....	1017
7.5.1. Venda simulada de droga ou outros objetos ilícitos (v.g., armas de fogo).....	1002	CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	1018
7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada.....	1004	1. Conceito de prisão preventiva.....	1018
7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido.....	1004	2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações.....	1018
8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes.....	1004	3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal.....	1020
8.1. Prisão em flagrante em crime permanente.....	1004	3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar.....	1021
8.2. Prisão em flagrante em crime habitual.....	1005	4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva.....	1021
8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	1005	4.1. (Im)possibilidade de decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício na fase investigatória e no curso do processo penal.....	1021
8.4. Prisão em flagrante em crimes formais.....	1006	4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva.....	1022
8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado).....	1006	5. Pressupostos.....	1022
9. Flagrante e apresentação espontânea do agente ..	1006	5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	1022
10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	1007	5.2. Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado: princípio da atualidade (ou contemporaneidade) do <i>periculum libertatis</i>	1022
10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	1008	5.2.1. Garantia da ordem pública.....	1024
10.2. Condutor e testemunhas.....	1009	5.2.2. Garantia da ordem econômica.....	1028
10.3. Interrogatório do preso.....	1009	5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal.....	1029
10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito.....	1010	5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal.....	1030
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	1011	5.2.4. Conveniência da instrução criminal...1031	
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo).....	1011	5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.....	1032
10.7. Recolhimento à prisão.....	1012		

6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva.....	1032	9.2. Fundamentação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>).....	1052
6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	1033	10. Revogação da prisão preventiva.....	1052
6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	1034	11. Obrigatoriedade de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	1053
6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.....	1034	11.1. Juízo obrigado a revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	1054
6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento.....	1036	11.2. Consequências decorrentes da inobservância do prazo nonagesimal.....	1055
7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	1037	12. Apresentação espontânea do acusado.....	1056
8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa.....	1038	13. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar.....	1057
8.1. Noções introdutórias.....	1038	CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA... ..	1058
8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso.....	1040	1. Origem.....	1058
8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade ..	1042	2. Conceito de prisão temporária.....	1059
8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	1042	3. Requisitos.....	1059
8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa.....	1044	3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações.....	1062
8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ.....	1045	3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado.....	1063
8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento.....	1046	3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	1064
8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão.....	1046	4. Procedimento.....	1068
8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	1046	5. Prazo.....	1070
8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena.....	1046	6. Direitos e garantias do preso temporário.....	1071
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	1047	CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.....	1071
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto.....	1047	1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível.....	1071
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	1048	CAPÍTULO VIII – DA PRISÃO DOMICILIAR.....	1076
9.1. Rol exemplificativo de decisões não fundamentadas (CPP, art. 315, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1050	1. Da prisão domiciliar.....	1076
		1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova.....	1078
		1.2. Fiscalização da prisão domiciliar.....	1084
		1.3. Saídas controladas.....	1084
		1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva.....	1085
		1.5. Detração.....	1085

CAPÍTULO IX – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO	1085	5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança	1117
1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	1085	5.2. Momento para a concessão da fiança	1118
2. Comparecimento periódico em juízo	1086	5.3. Concessão de fiança pela autoridade policial.....	1119
3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1088	5.4. Valor da fiança	1120
4. Proibição de manter contato com pessoa determinada	1089	5.5. Infrações inafiançáveis	1120
5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País.....	1090	5.6. Obrigações processuais	1121
6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	1090	5.7. Incidentes relativos à fiança	1122
7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	1091	5.7.1. Quebramento da fiança	1122
8. Internação provisória.....	1096	5.7.2. Fiança definitiva	1123
9. Fiança.....	1098	5.7.3. Perda da fiança.....	1123
10. Monitoração eletrônica	1098	5.7.4. Cassação da fiança.....	1123
11. Condução coercitiva.....	1101	5.7.5. Reforço da fiança.....	1123
12. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial	1104	5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança)	1124
13. Poder geral de cautela no processo penal.....	1106	5.7.7. Dispensa da fiança.....	1124
CAPÍTULO X – DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1109	5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança.....	1124
1. Conceito	1109	5.7.9. Destinação da fiança	1124
2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar.....	1111	5.7.10. Execução da fiança.....	1125
2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória	1112	6. Liberdade provisória obrigatória	1125
3. Espécies de liberdade provisória.....	1113	7. Liberdade provisória proibida.....	1126
4. Liberdade provisória sem fiança.....	1113	7.1. Liberdade provisória proibida para agentes reincidentes, integrantes de organizações criminosas armadas ou milícias, ou que portem arma de fogo de uso restrito (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1133
4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1113	8. Liberdade provisória com vinculação	1135
4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes	1114	9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1135
4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único).....	1115	10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.....	1136
4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza	1117	11. Liberdade provisória e recursos.....	1136
5. Liberdade provisória com fiança	1117	12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar.....	1137
		13. Menagem.....	1139
		TÍTULO 8 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	1141
		1. Noções gerais	1141
		2. Questões prejudiciais.....	1141
		2.1. Conceito e natureza jurídica	1142
		2.2. Características	1142

2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares.....	1143	3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores.....	1158
2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1144	3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1158
2.4.1. Quanto à natureza.....	1144	3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes.....	1159
2.4.2. Quanto à competência.....	1145	3.5.5. Suspeição dos jurados.....	1160
2.4.3. Quanto aos efeitos.....	1146	3.5.6. Suspeição da autoridade policial.....	1160
2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada.....	1146	3.6. Exceção de incompetência.....	1161
2.5. Sistemas de Solução.....	1146	3.6.1. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1161
2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas).....	1147	3.6.2. Arguição da incompetência antes do início do processo.....	1161
2.6.1. Pressupostos.....	1147	3.6.3. Recursos cabíveis.....	1162
2.6.2. Consequências.....	1148	3.7. Exceção de ilegitimidade.....	1162
2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas).....	1149	3.7.1. Ilegitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i>	1162
2.7.1. Pressupostos.....	1149	3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	1163
2.7.2. Consequências.....	1150	3.7.3. Recursos cabíveis.....	1163
2.8. Recursos cabíveis.....	1151	3.8. Exceção de litispendência.....	1163
2.9. Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e sua influência no âmbito criminal.....	1151	3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência.....	1164
2.10. Princípio da suficiência da ação penal.....	1152	3.8.2. Recursos cabíveis.....	1164
3. Exceções.....	1152	3.9. Exceção de coisa julgada.....	1164
3.1. Conceito.....	1152	3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1164
3.2. Exceções ou objeções.....	1152	3.9.2. Coisa julgada formal e material.....	1165
3.3. Classificação das exceções.....	1153	3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	1165
3.3.1. Quanto à natureza.....	1153	3.9.4. Limites da coisa julgada.....	1166
3.3.2. Quanto aos efeitos.....	1153	3.9.4.1. Limites objetivos.....	1166
3.3.3. Quanto à forma de processamento.....	1153	3.9.4.2. Limites subjetivos.....	1167
3.4. Natureza Jurídica.....	1154	3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado.....	1167
3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade.....	1154	3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada.....	1168
3.5.1. Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e incompatibilidade).....	1154	4. Conflito de competência.....	1168
3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da suspeição.....	1154	5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	1173
3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição.....	1155	6. Restituição de coisas apreendidas.....	1176
3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspeição pelo juiz excepto.....	1157	6.1. Apreensão.....	1176
3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspeição pelo Tribunal competente.....	1157	6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas.....	1178
3.5.1.5. Recursos cabíveis.....	1158	6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas.....	1180

6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas	1181	7.7.4. Procedimento.....	1213
6.3.1. Recursos cabíveis.....	1183	7.8. Ação civil de confisco.....	1214
7. Medidas assecuratórias.....	1184	8. Incidente de falsidade.....	1215
7.1. Noções introdutórias.....	1184	8.1. Noções gerais.....	1215
7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1184	8.2. Procedimento do incidente de falsidade	1217
7.1.2. Pressupostos	1185	8.3. Recurso adequado	1219
7.1.3. Contraditório prévio	1185	8.4. Suspensão do processo principal.....	1219
7.2. Sequestro.....	1186	8.5. Coisa julgada	1220
7.2.1. Procedimento.....	1189	9. Incidente de insanidade mental	1220
7.2.2. Defesa.....	1190	9.1. Instauração do incidente.....	1221
7.2.3. Levantamento do sequestro	1194	9.2. Procedimento	1222
7.2.4. Destinação final do sequestro.....	1195	9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental	1225
7.2.4.1. Destinação de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural a museus públicos.....	1196	9.3.1. Durante o processo judicial	1225
7.2.5. Sequestro de bens de pessoas indiciadas por crimes de que resultar prejuízo para a Fazenda Pública (Decreto-Lei n. 3.240/41).....	1197	9.3.2. Durante o curso do inquérito policial.....	1229
7.3. Especialização e registro da hipoteca legal..	1198	9.3.3. Durante a execução penal	1229
7.3.1. Momento	1200	TÍTULO 9 • SUJEITOS DO PROCESSO	1231
7.3.2. Pressupostos	1200	1. Noções gerais	1231
7.3.3. Legitimidade.....	1201	2. Juiz.....	1231
7.3.4. Procedimento.....	1202	2.1. Capacidade para ser juiz.....	1232
7.3.5. Defesa.....	1203	2.2. Escolha dos juízes	1232
7.3.6. Finalização.....	1204	2.3. Funções do juiz no processo penal	1233
7.4. Arresto prévio (ou preventivo)	1204	2.3.1. Funções de ordem jurisdicional	1234
7.5. Arresto subsidiário de bens móveis	1205	2.3.2. Funções de ordem administrativa.....	1235
7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais.....	1207	2.4. Garantias e vedações dos juízes	1235
7.6. Utilização de bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública.....	1208	2.5. Imparcialidade do juiz	1237
7.6.1. Conceito e finalidades.....	1208	2.5.1. Impedimento.....	1237
7.6.2. Momento adequado	1209	2.5.2. Suspeição	1240
7.6.3. Requisitos	1210	2.5.3. Incompatibilidade.....	1243
7.6.4. Objeto da medida	1210	3. Partes.....	1244
7.6.5. Beneficiários da medida	1210	4. Ministério Público	1245
7.7. Alienação antecipada.....	1211	4.1. (Im)parcialidade do Ministério Público.....	1246
7.7.1. Momento	1212	4.2. Organização do Ministério Público	1248
7.7.2. Pressupostos	1212	4.3. Princípios institucionais do Ministério Público	1252
7.7.3. Legitimidade.....	1212	4.3.1. Princípio do Promotor Natural	1253
		4.4. Garantias e vedações	1257
		4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público	1259
		4.6. Promotor <i>ad hoc</i>	1259
		5. Ofendido.....	1260

5.1. Ofendido como querelante.....	1260	4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital.....	1292
5.2. Ofendido como assistente da acusação	1261	4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP)	1294
5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação	1263	4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar	1294
5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação	1264	4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição	1295
5.2.3. Atribuições do assistente	1266	4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes	1296
6. Acusado	1268	4.2.4. Prisão preventiva	1298
6.1. Capacidade do acusado.....	1268	4.2.5. Comparecimento do acusado	1298
6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos.....	1268	4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais.....	1298
6.1.2. Acusado inimputável	1268	5. Citação por hora certa.....	1299
6.1.3. Pessoa jurídica	1269	6. Intimação, notificação e contagem de prazos	1301
6.1.4. Animais, mortos e seres inanimados	1269	6.1. Início do prazo e início da contagem do prazo	1301
6.1.5. Acusado certo e individualizado	1269	6.2. Intimação e notificação do Ministério Público.....	1303
6.1.6. Imunidade diplomática.....	1270	6.3. Intimação e notificação dos Defensores Públicos	1304
6.2. Autodefesa e presença do acusado	1271	6.4. Prazo em dobro.....	1305
6.3. Contumácia do acusado	1271	6.5. Intimação e notificação do defensor dativo, do defensor constituído e dos advogados do querelante e do assistente	1306
6.4. Direitos do acusado.....	1271	6.6. Intimação e notificação do ofendido	1307
7. Defensor	1272	6.7. Intimação e notificação por hora certa.....	1307
7.1. Espécies de defensor.....	1272	6.8. Intimação e notificação por meios eletrônicos	1307
7.1.1. Defensoria Pública	1274	6.9. (Des) necessidade de observância de prazo mínimo entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação.....	1308
7.2. Defesa técnica plena e efetiva.....	1279	6.10. Suspensão dos prazos processuais de fim de ano.....	1309
7.3. Abandono do processo pelo defensor.....	1280		
7.4. Impedimento do defensor	1281		
8. Assistente da defesa	1282		
TÍTULO 10 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	1283		
1. Noções gerais.....	1283	TÍTULO 11 • PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1311
2. Citação	1283	CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1311
2.1. Efeitos da citação válida.....	1284	1. Noções gerais.....	1311
2.2. Espécies de citação.....	1285	1.1. Procedimento e devido processo penal.....	1312
3. Citação pessoal	1286	1.2. Violação às regras procedimentais	1312
3.1. Citação por mandado.....	1286	2. Classificação do procedimento	1313
3.2. Citação por carta precatória.....	1287	2.1. Classificação do procedimento comum	1313
3.3. Citação do militar	1288		
3.4. Citação de funcionário público	1289		
3.5. Citação de acusado preso	1289		
3.6. Citação de acusado no estrangeiro.....	1290		
3.7. Citação em legações estrangeiras	1291		
3.8. Citação mediante carta de ordem.....	1291		
4. Citação por edital.....	1291		

2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes	1315	6.3. Resposta à acusação.....	1333
3. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos	1316	6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação.....	1336
4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão	1317	7. Revelia.....	1336
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO.....		8. Possível oitiva da acusação	1338
1. Oferecimento da peça acusatória.....	1317	9. Absolvição sumária.....	1339
2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1318	9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal.....	1339
2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória	1318	9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum	1340
3. Rejeição da peça acusatória	1319	9.3. Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP	1341
3.1. Causas de rejeição.....	1319	9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária.....	1341
3.1.1. Inépcia da peça acusatória	1319	9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri.....	1341
3.1.2. Falta de pressuposto processual	1320	9.6. Coisa julgada	1342
3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal.....	1321	9.7. Recurso adequado	1342
3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal	1321	10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo	1342
3.2. Rejeição parcial da peça acusatória.....	1322	11. Designação da audiência.....	1343
3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória	1322	12. Audiência una de instrução e julgamento.....	1345
4. Recebimento da peça acusatória.....	1323	12.1. Da instrução probatória em audiência	1345
4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória	1324	12.1.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer).....	1345
4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória	1325	12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	1349
4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória	1326	12.3. Diligências	1350
5. Citação do acusado.....	1328	12.4. <i>Mutatio libelli</i> : eventual necessidade de aditamento	1352
6. Reação defensiva à peça acusatória	1328	12.5. Alegações orais.....	1352
6.1. Extinta defesa prévia	1328	12.5.1. Conteúdo das alegações orais.....	1353
6.2. Defesa preliminar.....	1328	12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais (memoriais)	1353
6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar	1329	12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1355
6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar	1331	12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes.....	1355
6.2.3. Defesa preliminar e (des) necessidade de apresentação concomitante de resposta à acusação.....	1332	12.6. Sentença	1356
		12.7. Registro da audiência	1356

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM

SUMÁRIO..... 1357

- 1. Noções gerais.....1357
- 2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário1357

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO

ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI..... 1358

- 1. Princípios constitucionais do júri.....1358
 - 1.1. Plenitude de defesa1359
 - 1.1.1. (In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra (STF, ADPF 779) 1360
 - 1.2. Sigilo das votações1362
 - 1.2.1. Sala especial.....1362
 - 1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados1362
 - 1.2.3. Votação unânime.....1363
 - 1.3. Soberania dos verdictos1363
 - 1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri.....1364
 - 1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri1365
 - 1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....1365
- 2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....1367
- 3. *Iudicium accusationis* (ou sumário da culpa).....1367
 - 3.1. Alegações orais.....1370
- 4. Impronúncia1371
 - 4.1. Natureza jurídica e coisa julgada.....1371
 - 4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória1372
 - 4.3. Infração conexa.....1372
 - 4.4. Despronúncia1372
 - 4.5. Recurso cabível.....1373
- 5. Desclassificação do delito1373
 - 5.1. Nova capitulação legal.....1375
 - 5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente.....1375
 - 5.3. Infração conexa.....1376
 - 5.4. Situação do acusado preso.....1376
 - 5.5. Recurso cabível.....1376
 - 5.6. Conflito de competência.....1377
- 6. Absolvição sumária.....1378
 - 6.1. Inimputável do art. 26, *caput*, do CP1379
 - 6.2. Juízo de certeza1380

- 6.3. Infração conexa.....1380
- 6.4. Natureza jurídica e coisa julgada.....1381
- 6.5. Recurso cabível.....1381
 - 6.5.1. Recurso de ofício1382
- 7. Pronúncia1382
 - 7.1. Pressupostos1382
 - 7.2. Natureza jurídica.....1384
 - 7.3. Regra probatória: *in dubio pro societate* ou *in dubio pro reo*.....1384
 - 7.4. Fundamentação e eloquência acusatória.....1386
 - 7.5. *Emendatio e mutatio libelli*1387
 - 7.6. Conteúdo da pronúncia1388
 - 7.7. Infrações conexas.....1389
 - 7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes1390
 - 7.9. Efeitos da pronúncia.....1390
 - 7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão.....1391
 - 7.10. Intimação da pronúncia.....1391
 - 7.11. Recurso cabível1393
- 8. Desaforamento1393
 - 8.1. Legitimidade para o requerimento de desaforamento.....1394
 - 8.2. Momento para o desaforamento1394
 - 8.3. Hipóteses que autorizam o desaforamento 1394
 - 8.4. Aceleração de julgamento.....1395
 - 8.5. Crimes conexos e coautores1396
 - 8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado.....1396
 - 8.7. Efeito suspensivo.....1396
 - 8.8. Recursos1396
 - 8.9. Reaforamento1396
 - 8.10. Competência para a execução provisória..... 1397
- 9. Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri1397
 - 9.1. Ordenamento do processo1398
 - 9.2. Ordem do julgamento.....1398
 - 9.3. Habilitação do assistente do Ministério Público.....1399
- 10. Organização do Júri.....1399
 - 10.1. Requisitos para ser jurado1399
 - 10.2. Recusa injustificada1401

10.3. Direitos dos jurados	1402	11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença.....	1424
10.4. Escusa de consciência	1402	12. Quesitação.....	1425
11. Sessão de julgamento.....	1403	12.1. Leitura dos quesitos.....	1426
11.1. Reunião periódica.....	1403	12.2. Votação.....	1427
11.2. Ausências	1403	12.3. Ordem dos quesitos.....	1428
11.2.1. Ausência do órgão do Ministério Público.....	1403	12.4. Questões diversas.....	1433
11.2.2. Ausência do advogado de defesa ou abandono de plenário.....	1404	12.4.1. Absolvição imprópria	1433
11.2.3. Ausência do acusado solto	1405	12.4.2. Falso testemunho em plenário	1433
11.2.4. Ausência do acusado preso.....	1405	12.4.3. Agravantes e atenuantes	1434
11.2.5. Ausência do advogado do assistente de acusação	1406	12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio	1435
11.2.6. Ausência do advogado do quere- lante.....	1406	13. Desclassificação.....	1436
11.2.7. Ausência de testemunhas	1406	13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	1437
11.2.8. Ausência do juiz presidente	1408	13.2. Desclassificação e crimes conexos.....	1438
11.3. Verificação da presença de, pelo menos, 15 jurados	1408	14. Sentença.....	1439
11.3.1. Empréstimo de jurados	1408	14.1. Sentença absolutória.....	1439
11.4. Suspeição, impedimento e incompatibi- lidade.....	409	14.2. Sentença condenatória	1439
11.4.1. Dos jurados	1409	14.2.1. Execução provisória no caso de con- denação pelo Júri a uma pena igual ou su- perior a 15 (quinze) anos de reclusão.....	1440
11.4.2. Do juiz-presidente.....	1410	14.2.1.1. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena no âmbito do Júri	1440
11.4.3. Do órgão do Ministério Público	1411	14.2.1.2. Nova sistemática adotada pela Lei n. 13.964/19 para fins de execução provisória da pena no âm- bito do Júri.....	1442
11.5. Composição do Conselho de Sentença	1411	14.3. Ata.....	1444
11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) e estouro de urna.....	1411	14.4. Atribuições do juiz presidente	1445
11.5.2. Tomada do compromisso dos jura- dos.....	1412	CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO	1445
11.6. Instrução em plenário.....	1413	1. Constituição Federal e Juizados Especiais Cri- minais.....	1445
11.6.1. Leitura de peças	1414	2. Competência dos Juizados Especiais Crimi- nais	1448
11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1415	2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	1448
11.6.2.1. Uso de algemas	1415	2.1.1. Princípio da insignificância e infra- ção de médio potencial ofensivo	1450
11.7. Debates.....	1416	2.2. Excesso de acusação	1450
11.7.1. Réplica e tréplica	1418	2.3. Estatuto da Pessoa Idosa.....	1451
11.7.1.1. Inovação na tréplica	1419	2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função	1452
11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário	1420	2.5. Crimes eleitorais	1452
11.7.3. Argumento de autoridade.....	1421		
11.7.4. Direito ao aparte.....	1422		
11.7.5. Sociedade indefesa	1422		
11.7.6. Acusado indefeso.....	1423		

2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95	1452	7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais	1478
2.6.1. Violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes e (im) possibilidade de aplicação da Lei n. 9.099/95	1453	7.1. Apelação nos Juizados.....	1479
2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar	1454	7.2. Embargos de declaração nos Juizados	1479
2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo.....	1455	7.3. Recurso Extraordinário.....	1480
2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados	1456	7.4. Recurso Especial.....	1480
2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa	1457	7.5. <i>Habeas corpus</i>	1480
2.11. Competência territorial	1458	7.6. Mandado de segurança	1481
2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes.....	1458	7.7. Revisão criminal	1481
3. Termo Circunstanciado.....	1459	8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1481
4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo.....	1461	9. Suspensão condicional do processo	1482
4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica	1461	9.1. Conceito e natureza jurídica	1482
5. Fase preliminar dos Juizados.....	1462	9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo.....	1483
5.1. Composição dos danos civis	1462	9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	1485
5.2. Oferecimento de representação	1463	9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo	1485
5.3. Transação penal	1464	9.5. Momento para a aceitação da proposta.....	1486
5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal.....	1465	9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1486
5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	1467	9.6. Aceitação da proposta.....	1488
5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal	1468	9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1489
5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1469	9.8. Condições da suspensão condicional do processo	1490
5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1470	9.9. Revogação da suspensão condicional do processo	1491
5.3.6. Recurso	1472	9.9.1. Revogação obrigatória	1492
6. Análise do procedimento comum sumaríssimo.....	1472	9.9.2. Revogação facultativa.....	1492
6.1. Oferecimento da peça acusatória	1473	9.10. Extinção da punibilidade.....	1492
6.2. Defesa Preliminar	1474	9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1493
6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória	1475	10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais	1494
6.4. Citação do acusado.....	1475	TÍTULO 12 • SENTENÇA PENAL	1495
6.5. Resposta à acusação.....	1476	1. Atos processuais do juiz	1495
6.6. Possibilidade de absolvição sumária	1476	2. Classificação dos provimentos judiciais.....	1495
6.7. Audiência de instrução e julgamento	1477	2.1. Despachos de mero expediente	1495
		2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas).....	1496
		2.3. Decisões definitivas	1497
		2.4. Sentença	1497

2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas	1497	5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos	1530
2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais	1498	5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação	1538
2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1498	6. Publicação da sentença.....	1539
2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas	1498	6.1. Esgotamento da instância	1540
2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas	1498	6.2. Intimação da sentença.....	1541
3. Estrutura e requisitos da sentença	1499	7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	1543
3.1. Relatório	1499	7.1. <i>Emendatio libelli</i>	1544
3.2. Fundamentação.....	1500	7.1.1. Momento procedimental adequado da <i>emendatio libelli</i>	1545
3.2.1. Fundamentação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>).....	1502	7.1.2. <i>Emendatio libelli</i> e (des) necessidade de oitiva das partes	1547
3.3. Dispositivo	1503	7.1.3. <i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1548
3.4. Autenticação	1504	7.1.4. <i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância.....	1549
4. Sentença absolutória	1504	7.2. <i>Mutatio libelli</i>	1550
4.1. Espécies de sentença absolutória.....	1504	7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória.....	1551
4.2. Presunção de inocência e regra probatória.....	1505	7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1552
4.3. Fundamentos	1505	7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do <i>quantum</i> de pena cominado à imputação diversa	1552
4.4. Efeitos decorrentes da sentença absolutória.....	1506	7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, <i>caput</i>) e provocado (CPP, art. 384, § 1º).....	1553
4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade.....	1506	7.2.5. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	1555
4.4.2. Efeitos secundários.....	1507	7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória.....	1556
5. Sentença condenatória	1507	7.2.7. <i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1556
5.1. Fixação da pena.....	1507	7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária	1557
5.1.1. Fixação da pena-base.....	1510	7.2.9. <i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância.....	1558
5.1.2. Fixação da pena provisória	1514	7.3. Quadro comparativo entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1560
5.1.3. Fixação da pena definitiva	1517	7.4. Disposições comuns à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1560
5.1.4. Fixação do regime penitenciário	1519	7.4.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal.....	1560
5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12)	1521	7.4.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.....	1562
5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	1523	7.4.3. Mudança de competência.....	1563
5.1.6. Fixação da pena de multa.....	1525		
5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória	1526		
5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória.....	1527		
5.3.1. Efeitos penais	1527		
5.3.2. Efeitos extrapenais.....	1528		
5.3.2.1. Efeitos extrapenais obrigatórios.....	1528		

7.4.4. Mudança da espécie de ação penal.....	1563	6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos.....	1589
7.5. <i>Emendatio e mutatio libelli</i> no processo penal militar.....	1564	6.8. Não intervenção do Ministério Público	1590
TÍTULO 13 • NULIDADES.....	1567	6.9. Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa	1591
1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade	1567	6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1592
2. Espécies de irregularidades.....	1568	6.11. Falta da sentença.....	1593
3. Espécies de atos processuais	1569	6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.....	1595
4. Nulidade	1570	6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso	1595
4.1. Espécies de nulidades.....	1571	6.14. Falta do quórum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais	1595
4.1.1. Nulidade absoluta.....	1571	6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1595
4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas.....	1573	6.16. Nulidade decorrente da carência de fundamentação	1596
4.1.2. Nulidade relativa.....	1573	7. Nulidades no inquérito policial	1597
4.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas.....	1574	TÍTULO 14 • RECURSOS.....	1599
4.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas	1574	CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	1599
4.1.3. Anulabilidades	1577	1. Conceito e características.....	1599
4.2. Reconhecimento das nulidades	1578	2. Natureza jurídica dos recursos.....	1599
4.2.1. Na primeira instância	1578	2.1. Interposição de recursos com intuito manifestamente protelatório e litigância de má-fé	1600
4.2.2. Na segunda instância	1578	3. Princípios	1600
5. Princípios referentes às nulidades.....	1579	3.1. Duplo grau de jurisdição	1600
5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1579	3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1602
5.2. Princípio do prejuízo.....	1579	3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1605
5.3. Princípio da instrumentalidade das formas....	1580	3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1608
5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais.....	1581	3.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões	1608
5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia.....	1582	3.4. Princípio da fungibilidade.....	1609
5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo)....	1582	3.5. Princípio da convalidação.....	1610
5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade)	1584	3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos.....	1611
5.8. Princípio do interesse.....	1584	3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária).....	1611
5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé).....	1585	3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos..	1613
5.10. Princípio da convalidação	1585		
6. Nulidades em espécie	1587		
6.1. Incompetência.....	1587		
6.2. Suspeição.....	1588		
6.3. Suborno do juiz.....	1588		
6.4. Ilegitimidade de parte	1588		
6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça.....	1588		
6.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	1589		

3.8. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodrômico da sentença).....	1613
3.8.1. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta.....	1616
3.8.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta.....	1618
3.8.3. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e soberania dos <i>veredictos</i>	1619
3.9. Princípio da <i>reformatio in mellius</i>	1620
3.10. Princípio da dialeticidade.....	1621
3.10.1. Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público.....	1622
3.11. Princípio da complementariedade.....	1623
3.12. Princípio da variabilidade.....	1623
3.13. Princípio da colegialidade.....	1624
4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação).....	1625
5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1627
5.1. Cabimento.....	1627
5.2. Adequação.....	1627
5.3. Tempestividade.....	1627
5.3.1. Prazos recursais diversos.....	1628
5.3.2. Interposição de recursos via fax.....	1630
5.4. Inexistência de fato impeditivo.....	1630
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer.....	1630
5.4.2. Preclusão.....	1631
5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1631
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso).....	1631
5.5.1. Desistência.....	1631
5.5.2. Deserção.....	1633
5.5.2.1. Deserção por falta de preparo.....	1633
5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado....	1634
5.6. Regularidade formal.....	1634
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1635
6.1. Legitimidade recursal.....	1635
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação.....	1636
6.2. Interesse recursal.....	1640
6.2.1. Classificação da sucumbência.....	1640
6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa.....	1640
6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito.....	1641
6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor.....	1641
6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público.....	1642
7. Efeitos dos recursos.....	1643
7.1. Efeito obstativo.....	1643
7.2. Efeito devolutivo.....	1643
7.3. Efeito suspensivo.....	1645
7.3.1. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.....	1645
7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1646
7.5. Efeito extensivo.....	1647
7.6. Efeito substitutivo.....	1648
7.7. Efeito translativo.....	1648
7.8. Efeito dilatário-procedimental.....	1648
8. Direito intertemporal e recursos.....	1648
9. Classificação dos recursos.....	1650
9.1. Quanto à obrigatoriedade.....	1650
9.2. Quanto à fundamentação.....	1650
9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada.....	1651
9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1651
9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1652
CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE..... 1652	
1. Recurso em sentido estrito.....	1652
1.1. Interpretação extensiva.....	1653
1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito.....	1653
1.3. Hipóteses de cabimento.....	1654
1.3.1. Não recebimento da peça acusatória..	1654
1.3.2. Incompetência do juízo.....	1654
1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição.....	1655
1.3.4. Pronúncia do acusado.....	1655
1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva.....	

ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1656	2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita).....	1668
1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor	1658	2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva).....	1669
1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade	1658	2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária	1669
1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1659	2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental)	1669
1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo.....	1660	2.3. Hipóteses de cabimento	1670
1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1660	2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.....	1670
1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1660	2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito	1670
1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1661	2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri.....	1671
1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1662	2.3.3.1. (In) subsistência do cabimento de apelação interposta pela acusação com base no art. 593, III, alínea “d”, do CPP, diante de eventual absolvição do acusado com base no quesito absolutório genérico.....	1679
1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor	1662	2.4. Aspectos procedimentais da apelação	1681
1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas.....	1662	2.4.1. Forma	1681
1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade.....	1663	2.4.2. Prazo.....	1682
1.3.17. Incidentes da execução da pena.....	1663	2.4.3. Processamento	1682
1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples.....	1663	2.4.4. Competência para o julgamento	1683
1.3.19. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A)	1664	2.5. Efeitos	1683
1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito	1664	3. Protesto por novo júri	1685
1.4.1. Forma	1664	3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08.....	1685
1.4.2. Prazo.....	1665	3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri	1685
1.4.3. Processamento	1665	4. Embargos infringentes e de nulidade.....	1688
1.4.4. Competência para o julgamento	1666	4.1. Hipóteses de cabimento	1688
1.5. Efeitos	1666	4.2. Prazo e interposição	1689
2. Apelação	1667	4.3. Competência para seu julgamento	1689
2.1. Noções gerais.....	1667	4.4. Efeitos	1690
2.2. Espécies	1668	4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários	1690
		5. Embargos de Declaração.....	1691
		5.1. Hipóteses de cabimento	1691
		5.2. Prazo	1692
		5.3. Procedimento	1692

5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais	1692	5.3. Pessoa jurídica.....	1712
6. Agravo em execução.....	1693	5.4. Ministério Público.....	1713
6.1. Hipóteses de cabimento.....	1693	5.5. Outras autoridades.....	1714
6.2. Procedimento.....	1694	6. Legitimação passiva.....	1714
6.3. Prazo.....	1694	6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor	1714
6.4. Efeitos.....	1694	6.2. Ministério Público como autoridade coa- tora.....	1714
7. Carta testemunhável.....	1695	6.3. Particular como coator.....	1715
7.1. Hipóteses de cabimento.....	1695	6.4. Outras autoridades.....	1715
7.2. Prazo.....	1695	7. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preven- tivo, profilático e trancativo.....	1715
7.3. Procedimento.....	1695	8. Hipóteses de impetração do <i>habeas corpus</i>	1716
7.4. Efeitos.....	1696	8.1. Ausência de justa causa.....	1716
8. Correição parcial.....	1696	8.1.1. Falta de justa causa para a prisão.....	1717
8.1. Hipóteses de cabimento.....	1697	8.1.2. Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares.....	1718
8.2. Natureza jurídica.....	1697	8.1.3. Falta de justa causa e trancamento do processo penal.....	1719
8.3. Legitimidade.....	1698	8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei.....	1720
8.4. Prazo.....	1698	8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal.....	1720
TÍTULO 15 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO..... 1699		8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária....	1720
CAPÍTULO I – HABEAS CORPUS..... 1699		8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva.....	1720
1. Noções Gerais.....	1699	8.3. Coação ordenada por autoridade incom- petente.....	1720
2. Natureza jurídica.....	1699	8.4. Cessação do motivo que autorizou a coa- ção.....	1721
3. Interesse de agir na ação de <i>habeas corpus</i>	1700	8.5. Não admissão de prestação de fiança.....	1722
3.1. Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder	1700	8.6. Processo manifestamente nulo.....	1723
3.2. Adequação: tutela da liberdade de loco- moção e a antiga doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	1702	8.7. Extinção da punibilidade.....	1724
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conheci- mento do <i>habeas corpus</i>	1702	9. Competência.....	1725
3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do <i>habeas corpus</i> por falta de adequação.....	1703	9.1. Competência do Supremo Tribunal Fede- ral.....	1726
3.2.2.1. <i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário.....	1707	9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	1728
4. Possibilidade jurídica do pedido.....	1708	9.3. Competência dos Tribunais Regionais Fe- derais.....	1728
4.1. Cabimento do <i>habeas corpus</i> em relação a punições disciplinares militares.....	1708	9.4. Competência dos Tribunais de Justiça.....	1728
4.2. Estado de Sítio.....	1709	9.5. Competência da Justiça Militar.....	1728
4.3. Prisão administrativa.....	1709	9.6. Competência das Turmas Recursais.....	1730
5. Legitimação ativa.....	1710	9.7. Competência da Justiça do Trabalho.....	1730
5.1. Distinção entre impetrante e paciente.....	1710	9.8. Competência do juiz de 1ª instância.....	1731
5.1.1. <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1710	9.9. Ministério Público como autoridade coa- tora e competência para o julgamento do <i>ha- beas corpus</i>	1731
5.2. Legitimação ampla e irrestrita.....	1712	10. Procedimento.....	1732

10.1. Capacidade postulatória	1732	6.3.7. <i>Impeachment</i>	1747
10.2. Petição inicial	1732	7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1747
10.3. Dilação probatória	1733	7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal.....	1747
10.4. Medida liminar	1734	7.2. Contrariedade à evidência dos autos	1749
10.4.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i>	1734	7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1749
10.5. Apresentação do preso e requisição de informações.....	1735	7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado.....	1749
10.6. Efeito extensivo da ordem de <i>habeas corpus</i>	1735	7.5. Nulidade do processo.....	1751
10.7. Intervenção das partes	1736	8. Aspectos procedimentais da revisão criminal	1752
10.8. Recursos contra as decisões em <i>habeas corpus</i>	1737	8.1. Capacidade postulatória	1752
10.9. Coisa julgada	1738	8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão.....	1752
CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	1739	8.3. Inexistência de prazo decadencial.....	1753
1. Noções gerais.....	1739	8.4. Competência.....	1753
2. Conceito	1739	8.5. Procedimento	1754
3. Natureza jurídica.....	1740	8.6. Efeito suspensivo.....	1755
4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória.....	1740	8.7. Ônus da prova	1756
5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório.....	1740	8.8. <i>Non reformatio in pejus</i> direta e indireta	1756
6. Condições da ação	1741	8.9. Recursos	1757
6.1. Legitimidade ativa e passiva.....	1741	8.10. Indenização pelo erro judiciário.....	1757
6.2. Interesse de agir: coisa julgada.....	1742	8.11. Coisa julgada	1759
6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento)	1743	CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA	1759
6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclusive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado	1743	1. Noções gerais.....	1759
6.3.1. Vedação da revisão criminal pro societate no ordenamento pátrio e princípio do <i>ne bis in idem</i> processual.....	1744	2. Conceito e natureza jurídica.....	1759
6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria	1745	3. Objeto da tutela	1760
6.3.3. Extinção da punibilidade.....	1745	4. Prazo decadencial.....	1760
6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos.....	1745	5. Legitimação ativa e passiva.....	1760
6.3.5. Juizados Especiais Criminais	1746	6. Cabimento.....	1761
6.3.6. Transação penal	1746	6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal.....	1762
		7. Aspectos procedimentais	1763
		7.1. Petição inicial	1763
		7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança	1764
		7.3. Competência.....	1764
		7.4. Medida liminar.....	1765
		7.5. Recursos	1766
		BIBLIOGRAFIA	1769